



Demonstrações Financeiras 2021

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento União dos Estados de Mato
Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia -
Sicredi União MS/TO**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO

Campo Grande / MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, às demonstrações financeiras, a qual descreve as reapresentações efetuadas sobre os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, relacionados a reclassificações de: (i) saldos de aplicações em fundos de investimentos para caixa e equivalentes de caixa, em função de sua conversibilidade imediata, e (ii) dos saldos de ingressos de depósitos intercooperativos para receita de intermediação financeira, em decorrência da natureza das operações. Nesse contexto, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-7



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Neste documento, a administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

O ano de 2021 foi marcado pela retomada. Mesmo com o cenário de pandemia, que se prolongou durante todo o ano, o Sicredi manteve o ciclo virtuoso do cooperativismo vivo.

Por meio das linhas de crédito concedidas aos associados nas cooperativas, apoiamos a manutenção da atividade econômica das comunidades nas regiões onde atuamos, reforçando o compromisso com a nossa missão de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito tradicionais continuaram ativas, assim como as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. E, como é característico do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilitou ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um na retomada e manutenção dos negócios.

Seguimos ampliando a oferta de soluções em meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo), viabilizando muitas de nossas demandas uma vez que, esses são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações. Em paralelo, voltamos a operar de forma presencial em todas as agências, seguindo os protocolos das autoridades sanitárias e mantendo mais esse canal de relacionamento com nossos associados.

Durante esse período de retomada, destacamos como fatos administrativos a realização permanente de capacitação e aperfeiçoamento do quadro de colaboradores, gestores, dirigentes, conselheiros e lideranças dos associados por meio das coordenações dos Núcleos de Associados.

Buscando sempre cumprir com o nosso propósito de valorizar o relacionamento com os associados, citamos ainda a inauguração de cinco novas agências e a reinauguração de três, que passaram por ampliação ou reforma.

Em outra frente, a cooperativa atuou em inúmeros negócios sociais em 2021, contribuindo com o desenvolvimento da comunidade onde atua. O ano foi repleto de conquistas, realizações e de muito crescimento.

Celebramos o aniversário de 33 anos da Cooperativa, destacando que o futuro precisa ser bom para todas as pessoas.

Realizamos 29 Assembleias de Núcleos, valorizando as especificidades das agências e as particularidades de cada região. Os eventos contaram com a presença de mais de 9 mil associados ao vivo.

Vimos o Projeto “Agências Agro” evoluir, chegando ao final do ano com a entrega de duas agências segmentadas.

Para compartilhar a história da Cooperativa e discutir futuro, promovemos encontros presenciais com a Presidência nas 33 agências.

A campanha “Poupar com Sicredi” também foi um sucesso e entregou prêmios como televisores, bicicletas, vídeo games e três prêmios finais de R\$ 50 mil para associados de diversas agências.

No “Dia C”, de Cooperar (promovido pelo SESCOOP nos três estados), mobilizamos pessoas em prol de uma grande corrente solidária para entrega de doações em diversas localidades. O mesmo aconteceu durante a campanha “União em Dobro”, que ajudou mais de 96 mil pessoas.

Junto ao Comitê Mulher, realizamos diversas atividades de educação financeira, inclusão social, saúde mental e solidariedade. O comitê participou também das iniciativas “Elas São Coop e Modo Coop”, idealizadas pelo Sistema OCB/MS, com o intuito de incentivar e fortalecer a inclusão de mulheres e jovens no cooperativismo.

Por meio do programa “A União Faz a Vida” habilitamos, em 2021, nove escolas em seis municípios, alcançando mais de 3.200 crianças e adolescentes com atividades que colocam em prática os valores e atitudes do cooperativismo. Da mesma forma, o Programa Cooperjovem (SESCOOP/MS) fez a diferença para as comunidades escolares onde o programa atua.

Firmamos ainda uma parceria com a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), visando ampliar o FUNDESIS, um fundo de apoio a projetos sociais da região Oeste da Bahia. A partir da parceria será possível oferecer maior suporte a iniciativas sociais que melhoram a vida da comunidade.

Na Semana Nacional de Educação Financeira realizamos mais de 360 ações, incluindo palestras e oficinas, levando educação financeira para cerca de 8 mil pessoas, incluindo crianças e jovens.

Além disso, trabalhamos fortemente para que as demandas dos associados fossem atendidas, especialmente aquelas relacionadas ao enfrentamento da pandemia e à retomada econômica. Entre as ações, destacamos a acentuada atuação junto à linha de crédito direcionada a projetos de “Energia Solar”, cujo objetivo é ampliar ações de sustentabilidade e diversidade, utilizando-se de captação internacional através de um acordo com a International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial. Além da utilização de recursos próprios, ação superou todas as expectativas atingindo o montante de R\$ 90 milhões na carteira.

As Linhas de Crédito Geral foram ampliadas de forma particularizada a fim de atender as necessidades dos associados, o que possibilitou menores impactos no enfrentamento da crise ocasionada pela pandemia, também pela celeridade na liberação dos recursos oriundos dos Programas emergenciais do Poder Público. Essas ações contribuíram para o incremento de mais de R\$ 850 milhões no total da carteira de crédito no final do exercício, contemplando todos os segmentos de negócios (pessoa física, pessoa física agro e pessoa jurídica), cumprindo a missão de valorizar o relacionamento, agregar renda aos associados e promover o desenvolvimento local.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		3.598.941	2.535.928	PASSIVO		3.219.216	2.245.332
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	32.857	34.096	DEPÓSITOS	(Nota 12)	2.028.110	1.493.257
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.504.348	2.468.623	Depósitos à vista		607.899	426.221
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	61.518	25.896	Depósitos interfinanceiros		13.409	110
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	595.350	619.810	Depósitos a prazo		1.406.802	1.066.926
Centralização financeira	(Nota 04)	528.666	389.690	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		979.694	617.715
Relações interfinanceiras		33	30	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	955.765	591.835
Operações de crédito	(Nota 07)	2.159.671	1.341.310	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	15.092	14.908
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	159.110	91.887	Obrigações por repasses	(Nota 15)	3.914	6.349
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(71.304)	(58.545)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	4.923	4.623
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	18.410	20.680	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	835	880
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	61.911	25.931	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	210.577	133.480
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	47.587	40.266	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	379.725	290.596
INTANGÍVEL	(Nota 11)	5.132	4.877	CAPITAL SOCIAL		193.282	151.657
				RESERVAS DE SOBRAS		168.162	127.353
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		18.281	11.586
TOTAL DO ATIVO		3.598.941	2.535.928	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.598.941	2.535.928

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

Descrição das contas	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	187.244	309.411	248.858
Operações de crédito (Nota 07)	147.023	254.655	228.762
Resultado de títulos e valores mobiliários	24.288	33.281	11.717
Resultado das aplicações compulsórias	-	-	1
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 02)	15.933	21.475	8.378
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(97.353)	(147.679)	(115.180)
Operações de captação no mercado (Nota 12)	(40.363)	(55.088)	(24.283)
Operações de empréstimos e repasses	(29.446)	(43.657)	(52.810)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(27.544)	(48.934)	(38.087)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	89.891	161.732	133.678
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(48.713)	(79.390)	(73.308)
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	42.676	81.490	56.838
Rendas de tarifas bancárias	14.516	28.093	26.212
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 23)	(41.334)	(74.072)	(59.162)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	(48.164)	(86.580)	(64.957)
Dispêndios e despesas tributárias	(313)	(596)	(1.182)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	15.534	28.835	19.690
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	(31.628)	(56.560)	(50.747)
RESULTADO OPERACIONAL	41.178	82.342	60.370
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	41.178	82.342	60.370
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	-	-	(379)
Provisão para Imposto de Renda	-	-	(225)
Provisão para Contribuição Social	-	-	(154)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(6.408)	(11.126)	(7.622)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	34.770	71.216	52.369

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2020	127.527	95.310	-	9.953	232.790
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	4.934	-	-	(9.847)	(4.913)
Outras destinações	-	-	-	(106)	(106)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	30.372	-	-	-	30.372
Baixas de capital	(14.950)	-	-	-	(14.950)
Resultado do período	-	-	-	52.369	52.369
Destinações	-	-	-	-	-
FATES - Estatutário	-	-	-	(3.394)	(3.394)
Juros sobre o capital próprio	3.774	-	-	(3.892)	(118)
Reserva legal - Estatutária	-	29.086	2.957	(32.043)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(1.454)	(1.454)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2020	151.657	124.396	2.957	11.586	290.596
Mutações do Exercício	24.130	29.086	2.957	1.633	57.806
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	151.657	124.396	2.957	11.586	290.596
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.736	-	-	(11.450)	(5.714)
Outras destinações	-	-	-	(136)	(136)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	41.369	-	-	-	41.369
Baixas de capital	(11.309)	-	-	-	(11.309)
Resultado do período	-	-	-	71.216	71.216
Destinações	-	-	-	-	-
FATES - Estatutário	-	-	-	(4.265)	(4.265)
Juros sobre o capital próprio	5.829	-	-	(6.033)	(204)
Reserva legal - Estatutária	-	39.518	(2.957)	(36.561)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	4.248	-	(4.248)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(1.828)	(1.828)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	193.282	168.162	-	18.281	379.725
Mutações do Exercício	41.625	43.766	(2.957)	6.695	89.129
Saldos no início do semestre em 01/07/2021 (Não auditado)	172.939	124.396	2.957	36.446	336.738
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	20.355	-	-	-	20.355
Baixas de capital	(5.841)	-	-	-	(5.841)
Resultado do semestre	-	-	-	34.770	34.770
Destinações	-	-	-	-	-
FATES - Estatutário	-	-	-	(4.265)	(4.265)
Juros sobre o capital próprio	5.829	-	-	(6.033)	(204)
Reserva legal - Estatutária	-	39.518	(2.957)	(36.561)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	4.248	-	(4.248)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(1.828)	(1.828)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	193.282	168.162	-	18.281	379.725
Mutações do Semestre	20.343	43.766	(2.957)	(18.165)	42.987

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	47.371	86.692	61.417
Resultado do semestre/exercício	34.770	71.216	52.369
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	12.601	15.476	9.048
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11.944	12.759	5.907
Provisão para desvalorização de outros ativos	1.052	109	684
Depreciação e amortização	3.791	6.902	5.733
Baixas do ativo permanente	17	16	237
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	62	(45)	(119)
Destinações ao FATES	(4.265)	(4.265)	(3.394)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(147.448)	11.473	413.627
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(27.725)	(35.622)	2.909
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(12.089)	(43.408)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	17.694	(3)	28
(Aumento) em operações de crédito	(664.080)	(818.361)	(332.416)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	278.803	363.930	187.414
(Aumento) em outros ativos financeiros	(45.853)	(67.223)	(31.070)
(Aumento) Redução em outros ativos	(4.881)	2.161	4.136
Aumento em depósitos	239.419	534.853	535.387
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(618)	300	1.780
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.038)	(2.251)	6.426
Absorção de dispêndios pelo FATES	(3.073)	(4.122)	(2.585)
Aumento em outros passivos	75.993	81.219	41.618
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(100.077)	98.165	475.044
Aquisição de investimentos	(24.782)	(35.980)	(10.304)
Aquisição de imobilizado de uso	(7.313)	(12.650)	(13.771)
Aplicações no intangível	(948)	(1.844)	(1.415)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(33.043)	(50.474)	(25.490)
Integralização de capital	20.355	41.369	30.372
Baixa de capital	(5.841)	(11.309)	(14.950)
Fundos estatutários	(1.828)	(1.828)	(1.454)
Juros ao capital próprio	(204)	(204)	(118)
Distribuição de Sobras	-	(5.850)	(5.019)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	12.482	22.178	8.831
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(120.638)	69.869	458.385
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.234.103	1.043.596	585.211
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	1.113.465	1.113.465	1.043.596

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	34.770	71.216	52.369
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	34.770	71.216	52.369

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 26/08/1988 e sede situada na Av. Afonso Pena, 2790 - 2º andar, na cidade de Campo Grande - Mato Grosso do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2021, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiações, que operam com uma rede de atendimento com 2.127 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 34 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33 e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

Reapresentação das cifras comparativas:

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras de 2020, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de ajustes de retificação de erro de acordo com o disposto no CPC 23, conforme abaixo:

- (a) Ingressos de depósitos intercooperativos nas demonstrações de sobras e perdas

Em 2021, foi efetuada a reclassificação dos ingressos de depósitos intercooperativos, para fins de comparação, registrados em 31 de dezembro de 2020 como outros ingressos e receitas operacionais. A cooperativa entende que os valores aplicados nas Centrais via Centralização Financeira não se caracterizam como outros ingressos e receitas operacionais, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo ser considerados como ingressos e receitas da intermediação financeira. Nessa operação os valores captados em centralização serão aplicados pelo Banco no mercado, gerando receita da intermediação financeira, e remunerado às centrais via centralização. Por se tratar de recurso de tesouraria aplicado, a natureza dessa receita se caracteriza como Intermediação Financeira, logo essa classificação é a mais adequada.

- (b) Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários nas demonstrações dos fluxos de caixa

Adicionalmente, foram identificadas reclassificações relacionadas a alteração no modelo de centralização onde as Cooperativas passaram a aplicar parte de seus recursos de curto prazo em fundos de renda fixa e multimercado, os quais possuem conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de valor, sendo possível a classificação como caixa e equivalente de caixa de acordo com as premissas do CPC 03. A referida correção afetou o caixa e equivalente de caixa inicial e final do período findo em 31 de dezembro de 2020, assim como a movimentação dos títulos e valores mobiliários onde estavam sendo apresentados anteriormente.

Os valores reclassificados estão demonstrados nos quadros abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Ingressos Depósitos Intercooperativos	-	8.378	8.378
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Ingressos Depósitos Intercooperativos	8.378	(8.378)	-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS			
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(327.191)	327.191	-
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalente de caixa no início do período	292.591	292.620	585.211
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	423.786	619.810	1.043.596

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
Disponibilidades	34.096	-	34.096
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	-	619.810	619.810
Centralização financeira	389.690	-	389.690
Total	423.786	619.810	1.043.596

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/71.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ (1.896) (2020 - R\$ 4.994) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades, pelos valores aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de renda fixa e multimercado, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46 , o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro-rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata-die* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ é de 15%, acrescida de adicional de 10% e a CSLL no qual a alíquota passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022, aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas. O detalhamento dos impactos é apresentado na NOTA 32.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Disponibilidades	32.857	34.096
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	551.942	619.810
Centralização financeira	528.666	389.690
Total	1.113.465	1.043.596

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 99% do CDI (dezembro de 2020 - 97%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2021				31/12/2020
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	306	7.521	51.584	59.411	25.896
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	2.107	2.107	-
Total	306	7.521	53.691	61.518	25.896
Total circulante				7.827	8.805
Total não circulante				53.691	17.091

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2021				31/12/2020
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	238	41.317	1.853	43.408	-
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	-	-	-	-	132.272
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	551.942	-	-	551.942	487.538
Total	552.180	41.317	1.853	595.350	619.810
Total circulante				593.497	619.810
Total não circulante				1.853	-

A Circular nº 3.068/01 do BACEN, que trata sobre a classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para o registro e avaliação contábil da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é obtido a partir da curva de juros, baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3, e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2021			Total da carteira	31/12/2020
		A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	25.065	214.659	428.912	398.181	1.066.817	734.167
Financiamentos	489	19.398	57.173	128.275	205.335	98.834
Financiamentos rurais e agroindustriais	216	42.486	465.797	379.020	887.519	508.309
Total das operações de crédito	25.770	276.543	951.882	905.476	2.159.671	1.341.310
Avais e fianças honrados	103	-	-	-	103	71
Devedores por compra de valores e bens	-	120	735	961	1.816	1.371
Títulos e créditos a receber	-	106.777	38.383	339	145.499	85.211
Total de outros créditos	103	106.897	39.118	1.300	147.418	86.653
Carteira total	25.873	383.440	991.000	906.776	2.307.089	1.427.963
Total circulante					1.400.313	885.636
Total não circulante					906.776	542.327

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		AA	-	58.695	45.772
A	0,50	1.231.588	606.369	6.149	3.023
B	1,00	740.569	537.849	7.390	5.340
C	3,00	147.782	141.299	4.421	4.220
D	10,00	56.661	38.936	5.657	3.883
E	30,00	26.860	16.286	8.049	4.883
F	50,00	7.035	4.769	3.518	2.384
G	70,00	5.369	6.237	3.758	4.366
H	100,00	32.530	30.446	32.362	30.446
Total		2.307.089	1.427.963	71.304	58.545

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução BACEN nº 4.800/20 a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 294.235 (dezembro de 2020 - R\$ 200.560) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 28). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 2.634 (dezembro de 2020 - R\$ 2.205) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2021				31/12/2020	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	14.524	146.389	259.220	279.704	699.837	511.601
Rural	216	42.486	465.797	379.020	887.519	508.309
Industrial	170	744	1.037	971	2.922	1.703
Comércio	1.929	35.982	56.248	53.819	147.978	111.082
Pessoas jurídicas	9.034	157.839	208.698	193.262	568.833	295.268
Total	25.873	383.440	991.000	906.776	2.307.089	1.427.963
Total circulante					1.400.313	885.636
Total não circulante					906.776	542.327

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	148.302	6,43	77.078	5,40
50 devedores seguintes	303.767	13,17	197.115	13,80
100 devedores seguintes	283.881	12,30	213.639	14,96
Demais	1.571.139	68,10	940.131	65,84
Total	2.307.089	100,00	1.427.963	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	58.545	52.638
Constituição de provisão	84.804	73.302
Reversão de provisão	(35.870)	(35.215)
Movimentação de baixados para prejuízo	(36.175)	(32.180)
Saldo final	71.304	58.545

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	100.636	179.099	174.896
Financiamentos	12.084	19.768	10.978
Financiamentos rurais e agroindustriais	25.837	43.721	29.009
Outros	122	199	73
Subtotal	138.679	242.787	214.956
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	8.344	11.868	13.806
Total	147.023	254.655	228.762

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 47.499 (2020 - R\$ 87.396).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	145.499	85.211
Rendas a receber	2.592	2.816
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.816	1.371
Avais e fianças honrados (Nota 07)	103	71
Transações com cartão de crédito	8.578	2.251
Devedores por depósitos em garantia (Nota 17)	522	167
Total	159.110	91.887
Total circulante	157.288	90.838
Total não circulante	1.822	1.049

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros valores e bens	12.589	12.539
Adiantamentos e antecipações salariais	760	715
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1.717	4.015
Adiantamentos para Confederação Sicredi	984	995
Impostos e contribuições a compensar	454	543
Pendências a regularizar	1.401	893
Valores em análise pela SFG	27	17
Outros	478	668
Total circulante	18.410	20.385
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	295
Total não circulante	-	295
Total	18.410	20.680

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos		
Imóveis	13.608	13.688
Veículos e afins	13.487	12.589
Máquinas e equipamentos	121	1.059
	-	40
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(1.465)	(1.356)
Material em estoque	13	20
Despesas antecipadas	433	187
Total circulante	12.589	12.539

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial		(672)
Constituição de provisão	(1.360)	(953)
Reversão de provisão	1.251	269
Saldo final	(1.465)	(1.356)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	38.109	10.415
Sicredi Participações S.A.	23.797	15.511
Outras participações e investimentos	5	5
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
Outras ações e cotas	1	1
Total	61.911	25.931

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Número de ações/quotas possuídas	7.723.154 ON	5.035.689 ON	4	4	38.108.794	10.415.454
	16.073.959 PN	10.475.075 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,13%	1,32%	2,48%	2,48%	20,52%	16,45%
Capital social	2.108.211	1.178.211	161	161	185.721	63.311
Patrimônio líquido	2.111.744	1.222.087	368.071	334.310	188.310	65.793
Resultado líquido do exercício	(15.246)	38.149	33.761	21.363	(367)	-
Valor do investimento	23.797	15.511	4	4	38.109	10.415

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	67.725	(20.138)	47.587	40.266
Imobilizações em curso	-	11.221	-	11.221	15.238
Terrenos	-	816	-	816	396
Edificações	4%	590	(220)	370	393
Instalações	10%	2.594	(603)	1.991	1.324
Benefetorias em imóveis de terceiros	10%	26.386	(9.958)	16.428	11.322
Móveis e equipamentos	10%	13.833	(3.910)	9.923	6.472
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	2.653	(592)	2.061	1.200
Equipamentos de processamento de dados	20%	8.947	(4.602)	4.345	3.423
Veículos	20%	685	(253)	432	498
Intangível		13.257	(8.125)	5.132	4.877
Investimentos Confederação		13.195	(8.102)	5.093	4.832
Outros ativos intangíveis		62	(23)	39	45

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

a) Composição dos depósitos por prazos de vencimento

Depósitos	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	607.899	-	-	607.899	426.221
Depósitos interfinanceiros	76	2.618	10.715	13.409	110
Depósitos a prazo	7.842	21.342	1.377.618	1.406.802	1.066.926
Total	615.817	23.960	1.388.333	2.028.110	1.493.257
Total circulante				639.777	443.587
Total não circulante				1.388.333	1.049.670

b) Despesas com operações de captações no mercado

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	146	152	1
Depósitos de aviso prévio	8	12	7
Depósitos a prazo	38.740	52.236	22.435
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	1.469	2.688	1.840
Total	40.363	55.088	24.283

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Repasses Interfinanceiros	955.762	591.825
Recebimentos e pagamentos a liquidar	3	10
Total	955.765	591.835

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	42.226	463.614	342.966	848.806	499.648
Total - Recursos do Crédito Rural	42.226	463.614	342.966	848.806	499.648
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.395	51.191	11.298	63.884	79.325
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	570	306	42.196	43.072	12.852
Total - Outros Recursos	1.965	51.497	53.494	106.956	92.177
Total	44.191	515.111	396.460	955.762	591.825
Total circulante				559.302	392.781
Total não circulante				396.460	199.044

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 15,95% a.a. com vencimentos até 15/11/2031, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, com CDI + 2,24% a.a. com vencimentos até 15/03/2028 e com 124,6% do CDI com vencimentos até 15/11/2028. Os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.478	12.614	15.092	14.908
Total	-	2.478	12.614	15.092	14.908
Total circulante				2.478	85
Total não circulante				12.614	14.823

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	662	1.868	1.384	3.914	6.349
Total	662	1.868	1.384	3.914	6.349
Total circulante				2.530	2.357
Total não circulante				1.384	3.992

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para garantias financeiras prestadas	2.634	2.205
Recursos em trânsito de terceiros	2.289	2.418
Total circulante	4.923	4.623

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	Provável	415	551
Cível	Provável	420	329
Total não circulante		835	880

Natureza	31/12/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2021
Trabalhista	551	53	(189)	415
Cível	329	136	(45)	420
Total não circulante	880	189	(234)	835

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 898 e R\$ 3.011 (dezembro de 2020 - R\$ 239 e R\$ 2.631) respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 522 (dezembro de 2020 - R\$ 167), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Transações com cartões de crédito	149.352	85.458
Provisão para pagamentos a efetuar	11.645	9.119
Cotas de capital a pagar	7.694	5.235
Provisão para participações nos lucros	11.219	7.803
Fundo de assistência técnica, educacional e social	5.616	5.473
Fundo Social	2.697	1.454
Impostos e contribuições a recolher	2.710	2.113
Credores diversos	6.899	9.873
Cheques administrativos	11.458	6.608
Cobrança e arrecadação de tributos	931	26
Pendências a regularizar	356	318
Total circulante	210.577	133.480

As transações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	193.282	151.657
Total de associados	84.092	67.410

Em 31 de dezembro de 2021, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 41.625 (dezembro de 2020 – R\$ 24.130), sendo R\$ 11.565 (dezembro de 2020 – R\$ 8.708) via integralização de resultados e R\$ 41.369 (dezembro de 2020 – R\$ 30.372), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 11.309 (dezembro de 2020 – R\$ 14.950).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3,6% em Conta Capital, no montante de R\$ 6.033, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 60% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 7% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 3% para a constituição do Fundo Social, destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	82.342	60.370
Participação nas sobras	(11.126)	(7.622)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	71.216	52.748
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(32.047)	(21.099)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	32.901	18.950
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	2.715	1.557
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	182
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(38)	32
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(379)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	61.518	25.896
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	595.350	619.810
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	528.666	389.690
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	2.329	2.245
Outros ativos (Nota 09)	984	995
Investimentos (Nota 10)	61.910	25.930
Intangível (Nota 11)	5.093	4.832
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	13.409	110
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	955.762	591.825
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	15.092	14.908
Outros passivos (Nota 18)	142.959	79.851
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	33.281	11.717
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	11.310	8.383
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	78	10.712
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 12)	152	1
Operações de empréstimos e repasses	43.466	52.687
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	4.057	2.721
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	19.050	18.108

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2021	% em relação ao total	31/12/2020
Depósitos à vista	278	0,05%	181
Depósitos a prazo	2.602	0,18%	3.680
Operações de crédito	874	0,04%	711

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas chave da administração	3.242	3.205

NOTA 22 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Cartões	17.337	31.253	20.314
Cobrança	4.475	8.801	7.440
Comissões	3	135	32
Consórcios	5.469	9.823	5.303
Convênios	1.009	1.951	1.657
Distribuição de produtos e serviços bancários	4.020	10.842	8.064
Processamento da compensação	66	155	215
Seguros	5.015	9.407	7.612
Taxas e tarifas	2.802	4.316	2.939
Antecipação de recebíveis	2.068	3.961	2.469
Outros serviços	412	846	793
Total	42.676	81.490	56.838

NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	24.537	43.553	34.906
Benefícios	7.794	14.312	11.769
Encargos sociais	8.568	15.440	12.105
Treinamentos	435	767	382
Total	41.334	74.072	59.162

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Água, energia e gás	1.229	2.170	1.615
Aluguéis	4.451	8.252	6.231
Comunicação	1.208	2.397	2.648
Manutenção e conservação	2.903	5.286	3.978
Material de expediente	839	1.576	1.226
Processamento dados	1.833	3.098	1.678
Propaganda e publicidade	1.538	2.726	1.704
Promoções e relações públicas	6.634	10.911	7.506
Serviços do sistema financeiro	3.560	7.756	6.030
Assessoria e consultoria	-	-	189
Serviços jurídicos	1.008	1.755	1.390
Serviços de terceiros	747	1.269	944
Serviços de técnicos especializados	8.833	15.792	9.443
Serviços de vigilância e segurança	1.558	2.954	2.463
Serviços de transportes	1.548	2.897	2.538
Depreciação	2.941	5.313	4.193
Amortização (Rateio Confederação)	847	1.583	1.534
Amortização outros ativos intangíveis	3	6	6
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	3.073	4.122	2.585
Emolumentos e taxas diversas	1.333	2.424	2.772
Ressarcimento tarifas	537	1.110	1.402
Outras despesas administrativas	1.541	3.183	2.882
Total	48.164	86.580	64.957

NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Absorção de dispêndios - FATES	3.073	4.122	2.585
Utilização de fundo social	189	586	-
Lucros na alienação de valores e bens	18	114	353
Recuperação de encargos e despesas	4.284	7.805	6.183
Reversão de provisões operacionais	859	3.447	1.001
Reversão de provisões impostos folha	1.656	2.278	1.794
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	567	1.524	834
Reversão de provisões para passivos contingentes	61	234	446
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	3.883	7.100	3.177
Outras rendas operacionais	944	1.625	3.317
Total	15.534	28.835	19.690

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Descontos concedidos em renegociação e crédito	4.614	6.858	9.562
Contribuições Cooperativistas	77	150	143
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	388	577	1.695
Contribuição Confederação Sicredi	7.043	12.947	12.090
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	1.221	2.306	2.162
Encargos da administração financeira	4	7	7
Repasso Administradora de Cartões	-	-	224
Prejuízo na alienação de valores e bens	342	1.835	1.811
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.066	1.952	2.143
Provisões para passivos contingentes	122	189	327
Outras provisões operacionais	2.844	4.008	2.986
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	7.570	13.854	8.685
Risco operacional	584	1.502	1.741
Juros e comissões	1	2	23
Outras despesas operacionais	5.752	10.373	7.148
Total	31.628	56.560	50.747

NOTA 27 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes das destinações	34.770	71.216	52.369
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	34.770	71.216	52.369

NOTA 28 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2021	31/12/2020
Beneficiários de garantias prestadas	294.235	200.560
Total	294.235	200.560

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades".

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance com um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança Da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 30 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	374.593	285.719
Nível I (NI)	374.593	285.719
Capital principal - CP	374.593	285.719
Capital social	193.282	151.657
Reservas de capital	168.162	127.353
Lucros acumulados	18.281	11.586
Ajustes Prudenciais	(5.132)	(4.877)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.592.585	1.590.120
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	15.843	4.526
Margem de Capital	99.491	134.106
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,45%	17,97%
Situação de Imobilização (Imob)	47.591	40.270
Índice de Imobilização (Imob / PR)	12,70%	14,09%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 31 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país ao longo do período. Enquanto instituição financeira cooperativa, nosso modelo de negócio possibilita o acompanhamento de perto da realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, oportunizando a ampliação da oferta de soluções financeiras adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios.

Para dar suporte aos empreendedores, ofertamos aos nossos associados a Linha Renegociação Emergencial viabilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que possibilitou a renegociação das parcelas sem alterar o vencimento original da operação e excepcionalmente em casos de operações com taxa pós-fixada (TLP) a possibilidade de ampliação do prazo final.

Nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativos) seguem apoiando muitas das demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações reduzindo a necessidade de ida às agências. Também seguimos incrementando as possibilidades de atendimento via WhatsApp, agilizando muitas das solicitações. Além disso, colocamos em prática a nossa missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade também por meio de iniciativas como o Eu Coopero com a Economia Local, impulsionando a força do cooperativismo como motor para a continuidade da atividade econômica no país.

Luis Guilherme Salles Trindade
Diretor Executivo
CPF: 791.058.079-72

Lucelia Ganzer
Diretora de Operações
CPF: 858.267.071-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20